

## "CALAMIDADE IGUAL, SÓ O CÓLERA": EPIDEMIA E POLÍTICA NO CEARÁ PELAS PÁGINAS DO JORNAL PEDRO II (1862)

Jucieldo Ferreira Alexandre

Docente da Universidade Federal do Cariri

Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense

E-mail: [jucieldo.alexandre@ufca.edu.br](mailto:jucieldo.alexandre@ufca.edu.br)

### I – Introdução

No ano de 1862, a Província do Ceará viu-se atacada pelo cólera morbos. Os primeiros surtos da doença tomaram o território brasileiro em 1855 e 1856, matando cerca de duzentas mil pessoas, mais da metade destas habitantes do que hoje chamamos Nordeste. No caso do Ceará, a ruptura da ordem cotidiana promovida pela doença em 1862 - com enfermos espalhados pela maioria das freguesias, despertando clima de medo e ceifando milhares de pessoas - oportunizou um tema, com forte apelo ao público, para as contendas políticas provinciais. Aliás, por sua excepcionalidade e dramaticidade, o cólera tornou-se um dos assuntos com maior espaço na imprensa.

Os órgãos conservadores e liberais ocupavam papel estratégico nos jogos políticos provinciais, tentando convencer a chamada “opinião pública” sobre a superioridade ou inferioridade de determinados projetos sociais e ideias políticas. Unida aos interesses de grupos sociais específicos e em competição, longe de professar a neutralidade jornalística que alardeava, a imprensa da segunda metade do XIX promoveu acirradas lutas políticas.

Na conjuntura epidêmica, os jornais cearenses, visivelmente, politizaram o cólera. É o que demonstrarei ao longo do artigo, focando no diário conservador *Pedro II*, impresso em Fortaleza. Em um contexto de crise sanitária e de intensas disputas políticas entre os partidos na Corte e províncias, o *Pedro II* tomou a epidemia como mote para atacar o presidente do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior.

### II – Tempo de “Liga” e de epidemia

José Bento da Cunha Figueiredo Júnior (1833-1885) tomou posse como Presidente do Ceará no dia 5 de maio de 1862. Bacharel em Direito, formado no Recife

em 1855, assumia, pela segunda vez, o posto máximo do executivo provincial: de 1860 a 1861, governou o Rio Grande do Norte. Na política, ocuparia, ainda, as presidências de duas outras províncias: Alagoas (1868-1871) e Maranhão (1872). Como deputado geral, por Pernambuco, seria eleito para duas legislaturas na década de 1870 (BLAKE, 1898, p. 355-362). Como era comum entre as elites políticas imperiais, o bacharel seguia os passos do pai, José Bento da Cunha Figueiredo (1808-1891)<sup>1</sup>.

Para Figueiredo Júnior, 1862 mostrou-se desafio não muito fácil. No cenário nacional, o ano mostrou-se agitado. A instabilidade rondava a Corte. Em curto espaço de tempo, deu-se sucessão atabalhoada de três gabinetes. A agitação tinha relação com mudanças implementadas na *Conciliação*, nos anos 1850. Durante o gabinete de Ângelo Muniz da Silva Ferraz, iniciado a 10 de agosto de 1859, os conservadores - descontentes com a reforma eleitoral empreendida pelo Marquês de Paraná -, conseguiram aprovar mudança no voto distrital: ampliaram para três o número de deputados eleitos por círculo ou distrito. Com isso, os conservadores esperavam conter a eleição de liberais e favorecer o pleito de políticos renomados frente às “notabilidades de aldeias”, os “tamanduás”, como eram descritos os chefes locais, vistos como incapazes de conceber e tratar dos grandes assuntos nacionais (CARVALHO, 2008, p. 399).

A estratégia mostrou-se equivocada: quando aplicada, na eleição de 1860, houve aumento dos liberais eleitos. Emergia oposição numerosa e aguerrida. Ferraz não esperou sequer a primeira sessão legislativa: renunciou a 03 de março de 1861, sendo substituído por Caxias. A ampliação do voto distrital trouxe liberais históricos de volta à mesma. *Pari passu*, alguns conservadores adotaram postura mais moderada, incluindo herdeiros da *Conciliação*. Ao mesmo tempo, houve aumento de chefes locais nas cadeiras da casa temporária. As eleições trouxeram incertezas sobre a real composição das bancadas, visto que havia “maior possibilidade de aparecimento de candidaturas rebeldes, ou simplesmente não perfeitamente entrosadas com os chefes nacionais dos partidos” (CARVALHO, 2008, p. 410). A nova configuração da câmara desenhava-se.

---

<sup>1</sup> Doutor em direito pelo curso jurídico de Olinda, onde tornou-se professor; membro do Partido Conservador, foi presidente das províncias de Alagoas (1849-1853), Pernambuco (1853-1856), Minas Gerais (1861-1862) e Pará (1868-1869); deputado e senador; Conselheiro do Estado; e Ministro dos Negócios do Império, no Gabinete de 25 de junho de 1875, liderado por Caxias (JAVARI, 1889, p. 171). Por seus serviços políticos, José Bento da Cunha Figueiredo foi agraciado como grande dignitário da Ordem da Rosa e com o título de Visconde do Bom Conselho, no ano de 1888 (BLAKE, 1898, p. 336).

Nabuco de Araújo – de origem conservadora, mas que fez parte do Gabinete da *Conciliação* –, batizou o movimento político que marcaria os anos 1860. Em discurso no Senado, Araújo convocou liberais e conservadores moderados a fazerem *liga*: “O que não admito, e contra o que eu protesto em honra do Brasil, em honra da nossa civilização, é que se não possa fazer uma liga com os liberais, porque em razão do seu passado eles estão perpetuamente excomungados” (apud NABUCO, 1997, p. 433-434).

Em maio de 1862, Zacarias de Góis – que ainda às vésperas defendia de forma ativa os princípios conservadores que orientavam o Gabinete – lidera a votação de moção contrária a Caxias. O resultado foi apertado, sendo a declaração aprovada por um voto. Para salvar Caxias, o Imperador poderia recorrer à dissolução da Câmara, o que não o fez: pretendia a conservação dela até o fim da legislatura, em 1864. Zacarias foi, então, escolhido presidente do conselho de ministros, a 24 de maio de 1862 (HOLANDA, 2012, p. 17). Todavia, o triunfo era apenas aparente. As forças liberais e conservadoras dissidentes – a *liga* a que aludira Nabuco de Araújo –, de um lado, e, conservadores impenitentes, chamados de “emperrados”, de outro, não demonstraram ter confiança no novo Gabinete e programa. Sales Torres Homem apresentou moção contrária ao Governo, sendo aprovada por diminuta margem, 49 votos contra 43<sup>2</sup>.

Pedro II recusou-se mais uma vez a dissolver a Câmara. Para contornar o impasse e tentar garantir um governo com condições de sustentação numa Câmara marcada pelo equilíbrio de facções – visível nas votações apertadas que derrubaram Caxias e Góis – o Imperador convocou o Marquês de Olinda. O “ministério dos velhos”, iniciado a 30 de maio de 1862, era formado por nomes conhecidos da política nacional, saídos quase inteiramente do Senado, como os viscondes de Maranguape, Albuquerque e Abrantes. O Gabinete foi recebido sem entusiasmo, mas não se desenhava aversão clara ao mesmo. Ele fora gestado com o acompanhamento próximo do Imperador, que chegou a traçar e apresentar, a Olinda, lista prévia com alguns nomes (CADENA, 2018, p. 244).

Foi, portanto, neste cenário conturbado que Figueiredo Júnior, assumiu a presidência do Ceará. Sua nomeação e posse ocorreram em meio ao sobe e desce de

---

<sup>2</sup> O governo Zacarias de Góis, o mais breve da história do Império, ficaria conhecido como o “gabinete dos três dias” – em alusão ao ministério de Necker, nomeado por Luís XVI às vésperas da queda da Bastilha –, malgrado ter se arrastado por meia dúzia de dias (HOLANDA, 2010, p. 90).

gabinetes de 1862. Nomeado para o cargo em 9 de abril, ainda no Gabinete Caxias, tomou posse no dia 5 de maio. Seus primeiros ofícios, entre 5 e 13 de maio, foram dirigidos ao conselheiro José Ildefonso de Sousa Ramos, ministro dos Negócios do Império<sup>3</sup>. Como narrado há pouco, no dia 24 do mesmo mês, subia Zacarias ao gabinete, caindo dias depois. A demora na comunicação entre o Rio e Fortaleza era considerável. A viagem marítima demorava mais de dez dias para singrar a distância entre elas. Desta forma, a notícia da ascensão e ruína ministerial chegaram com atraso. Alheio às mudanças no Paço carioca, Figueiredo Júnior continuava a endereçar ofícios a José Ildefonso de Sousa Ramos<sup>4</sup>. Somente em 05 de junho endereça ofício à Zacarias de Góis, quando a presidência do conselho de ministros já era chefiada pelo Marquês de Olinda<sup>5</sup>. No dia 18 de junho, passou a se corresponder com o dito marquês<sup>6</sup>.

Os conflitos políticos descritos acima se refletiram nas disputas do Ceará, agravadas pelas cenas catastróficas do cólera, em que o presidente ocupava espaço estratégico. Como chefe do executivo tinha a função de coordenar os socorros públicos, tendo que prestar conta, ao ministério e à opinião pública cearense, das decisões administrativas tomadas durante a crise, em meio ao número assombroso de mortes por todo Ceará. Os usos políticos da doença colocavam a presidência em situação delicada, sendo alvo de disputa entre jornais de matizes conservadoras e liberais.

Neste cenário, o jornal conservador *Pedro II* tornou-se o inimigo número um da administração de Figueiredo Júnior. No cerne da oposição mesclaram-se o incômodo com a reverberação das propostas da *Liga* na província do Ceará e uma questão pessoal envolvendo o presidente e a redação do diário, como demonstrarei a seguir.

### **III – “O Sr. José Bento está condenado no conceito de todos como inepto e imprevidente”**

---

<sup>3</sup> ARQUIVO NACIONAL DO Rio de Janeiro - ANRJ. Ofício 36 a. 13 mai. 1862. Série interior. Negócios de províncias e estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1862).

<sup>4</sup> ANRJ. Ofício 41. 26 mai. 1862. Série interior. Negócios de províncias e estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1862).

<sup>5</sup> ANRJ. Ofício 41 a. 05 jun. 1862. Série interior. Negócios de províncias e estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1862).

<sup>6</sup> ANRJ. Ofício 49. 18 jun. 1862. Série interior. Negócios de províncias e estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1862).

Quando toda a província geme sob a pressão do cólera morbo, que a tem enlutado; quando todos os espíritos preocupam-se das funestas, e tristes consequências de tão horrível epidemia, [...], os chimangos desta vila fomentam intrigas, e entendem ser esta a melhor oportunidade para reabilitarem seu partido, pretendendo montá-lo, apossando-se de todas as posições como outrora, com sacrifício dos interesses públicos, fazendo de alguns empregos, que ainda por desgraça lhes estão confiados, uma arma que manejam contra nós, seus adversários, sem procurarem salvar as aparências a todos os respeitos (*Pedro II*, n. 179, 7 ago. 1862, p. 1).

Com essas palavras, uma carta anônima enviada da vila de Ipu, com data de 27 de junho de 1862, acusava os *chimangos* de agirem, sordidamente, no exercício dos cargos públicos, na promoção de interesses políticos particulares na localidade. O texto publicado no diário *Pedro II*, principal porta-voz dos *caranguejo*, como eram conhecidos os conservadores no Ceará, acusava o promotor de Justiça, Francisco Barboza Cordeiro, de pressionar e questionar as decisões do juiz de direito de Ipu. Segundo a carta, o magistrado inocentara o réu Victor Ferro, conservador octogenário local, de processo no qual a promotoria pedira punição de vinte anos de cadeia. Ao tempo em que a missiva se rasgava em elogio à decisão do juiz, o acusador, Francisco Cordeiro, era detratado: os negócios públicos decidiam-se pelo espírito partidário do promotor, usando o cargo para satisfação dos interesses do grupo do qual fazia parte.

A carta aponta a prevaricação de Francisco Cordeiro e o abuso de poder como agravados pela situação delicada vivida na província em meados de 1862. No tempo do julgamento em Ipu, no qual a promotoria teria agido de má-fé, movida por interesses intestinos, o cólera fazia gemer e enlutar a população do Ceará. Nesse sentido, o texto tornado público pelo *Pedro II* acabava por detratar ainda mais os adversários liberais, levantando a pecha de serem desumanos e impiedosos nas ambições, ao ponto de não envergonharem-se de ações políticas baixas numa época de medo e morte assolando os cearenses. A missiva de Ipu é, portanto, um exemplo de como o *Pedro II* apropriou-se do cenário caótico do cólera com vista às disputas políticas provinciais.

O *Pedro II* foi fundado em 1840, por Miguel Fernandes Vieira (1816-1862). Formado bacharel no curso jurídico de Olinda, na turma de 1837, foi deputado provincial e geral pelo Ceará e nomeado senador em 9 de abril de 1862. Cerca de dois meses após tomar posse na câmara vitalícia, faleceu no Rio de Janeiro (STUDART, 1913, p. 386). A família Fernandes Vieira, com raízes em Saboeiro, foi uma das

lideranças mais influentes do Partido Conservador no Ceará, ao ponto de seu apelido familiar - “carcará” - ser utilizado como um dos sinônimos da parcialidade na província.

Ao longo de quase meio século de existência (1840-1889), o *Pedro II*, foi o principal porta-voz dos conservadores no Ceará. O cólera ocupou destaque no *Pedro II* entre 1855 e 1856, quando do desembarque da doença no Brasil e dos surtos nas províncias vizinhas ao Ceará. O jornal ocupava a função de folha oficial provincial, haja vista o controle quase completo do governo do Ceará pelo Partido Conservador após a substituição do liberal histórico José Martiniano de Alencar, em 1841. Assim, entre 1855-56, ao mesmo tempo em que o *Pedro II* demonstrava a tensão pela ameaça epidêmica, a forma como tratou o fenômeno não deixou de imprimir valorização das ações das autoridades provinciais e locais, elogiando as ações profiláticas com fins políticos e como forma de acalmar os leitores, tementes da chegada da epidemia. Com a manifestação do cólera e após a posse de Figueiredo Júnior, em 1862, a postura adotada, no biênio citado, pelo jornal na cobertura da epidemia mudou completamente.

De início, a recepção de Figueiredo Júnior por parte do *Pedro II* pareceu anunciar-se promissora. Nomeado por Caxias e filho de político com relações estabelecidas com personalidades da política imperial, o jovem presidente do Ceará aparentava ser um novo aliado dos conservadores na luta por espaços de poder entre as elites políticas locais. Aos 6 de maio de 1862, o órgão publicou na seção “Interior” – que sempre trazia notícias sobre a Corte e outras províncias brasileiras – uma correspondência, enviada do Recife e assinada por um certo “Rubim”. Nela, havia críticas ao vice-presidente do Ceará, José Antônio Machado, pelo trato da epidemia do cólera, pois “esperava a vinda do S. Exc. Dr. José Bento para de comum acordo regularem o que fosse mais conveniente”, em vez de agir imediatamente na contratação de médicos e envio de remédios às localidades afetadas pela epidemia. Na sequência, a correspondência comentava ter o novo presidente de lidar com dois “males terríveis”: o cólera e as eleições que se dariam na cidade de Icó. Após anunciar os desafios abertos ao mandatário recém-nomeado, provocava a “folha liberal da província” (*O Cearense*), pois esta estaria a ridicularizá-lo: “É bom que S. Exc. vá desde logo conhecendo quem são os liberais daí com quem terá de lutar” (*Pedro II*, n. 102, 06 mai. 1862, p. 3). Nota-

se, portanto, que *O Pedro II* não só se mostrava simpático ao chefe da província, como tentava, igualmente, captar simpatia, ao instá-lo a desconfiar dos liberais cearenses.

Mesmo com a epidemia tomando o Ceará, a relação amistosa entre o diário e o presidente manteve-se nos números seguintes. Dedicando páginas a publicações oficiais - serviço contratado a prestar pelo governo da Província do Ceará -, transcrevia ofícios e outros documentos, dando conta das orientações às comissões sanitárias espalhadas pelas províncias e da contratação de médicos para socorro dos doentes, ações descritas de forma positiva em outras seções do periódico, nas quais não se poupavam elogios ao chefe do governo. Em 20 de maio, informava que Figueiredo Júnior tinha visitado a Santa Casa de Misericórdia, onde coléricos de Fortaleza eram tratados. Destacava o fato de ele ter agido “tão bem para que no hospital se fizesse um pequeno depósito de gêneros por conta do governo” (*Pedro II*, n. 114, 20 mai. 1862, p. 3).

Descrevendo a situação epidêmica, o *Pedro II* não deixava, porém, de solicitar ações mais enérgicas. Em texto dedicado ao cólera na capital afirmava a preocupação do presidente em não “abrir os cofres à exageração e superficialidades”. Isso refletiria boas intenções e as “ordens que têm sido dadas”, no geral, seriam “suficientes”. Não obstante, opinava: “algumas dessas providências não satisfazem as necessidades da quadra em que nos achamos, ou são mal executadas”, por falta de profissionais para auxiliar na condução imediata, ao hospital, das pessoas acometidas pelos primeiros sintomas da doença. Em tom de súplica respeitosa, arrematava:

Confiemos que estas nossas mal esboçadas considerações serão acolhidas com indulgência, e no sentido com que as escrevemos pelo distinto cavalheiro a quem dignamente estão confiadas as rédeas do governo da província.

Mínore Sua Excelência quanto estiver a seu alcance o peso dos males que acabrunham o Ceará, que seu governo será abençoado e recolherá em sua consciência o mais precioso galardão que possa ambicionar sua filantropia e patriotismo (*Pedro II*, n. 116, 22 mai. 1862, p. 2).

Mas, a cortesia no trato ao presidente e os elogios às ações de combate ao cólera mudaram radicalmente nas páginas do *Pedro II*, entre fim de maio e início de junho de 1862. A virada brusca foi capitaneada por questões particulares envolvendo a redação do *Pedro II*, mas também refletiu as leituras que as personagens daquele contexto fizeram das alterações no cenário político nacional e, por extensão, se refletiu nas disputas por espaços de poder no Ceará, contrapondo a imprensa conservadora à liberal.

Neste sentido, as críticas do *Pedro II* ao presidente foram catalisadas em benefício próprio pelos órgãos liberais do Ceará, como *O Cearense* (Fortaleza) e *O Araripe* (Crato), que assumiam partidarismo nas capas<sup>7</sup>. *O Commercial* (Fortaleza) não ficava atrás, ao se apresentar como periódico “dos interesses comerciais, agrícolas e político liberal conciliador”. Como será exposto mais adiante, este jornal mudou de nome, tornando-se a *Gazeta Official*, em julho de 1862. Impressa duas vezes por semana, a *Gazeta* ocupou papel de destaque na interposição ao *Pedro II*. Por fim, *O Sol* (Fortaleza) também ocupava a cena pública, somando-se aos órgãos de postura liberal.

Tais periódicos, a partir de fins de maio de 1862, atuaram nitidamente em conjunto na defesa de Figueiredo Júnior e suas ações contra a epidemia, contrapondo-se às opiniões da redação do *Pedro II*. Alargando o circuito de comunicação, inclusive, com o apelo a folhas de diferentes matizes políticas de outras províncias, com quem trocavam cartas e artigos, ou repercutindo entre si os mesmos textos que imprimiam em formas de transcrições, respostas ou comentários, os quatro órgãos citados promoveram intensa campanha de detração do *Pedro II* e de promoção do presidente do Ceará.

Para compreensão da adesão entusiasmada dos liberais ao presidente no contexto da epidemia, é preciso esclarecer a motivação da mudança na forma moderada com que o *Pedro II* tratava Figueiredo Júnior e a coordenação dos socorros aos lugares atingidos pelo cólera. Uma personagem ocupou papel de destaque na dinamização das disputas políticas de 1862: Manoel Franco Fernandes Vieira (1821-1880)<sup>8</sup>. Desde 1854, ele ocupava o cargo de inspetor na Inspetoria do Tesouro Provincial, chefiando assim o controle das finanças do Ceará. Competia, por lei, ao inspetor chefiar a repartição responsável pela “exata administração, arrecadação, contabilidade e fiscalização das rendas provinciais”, atuando debaixo da imediata orientação do presidente da província, a quem prestava juramento quando da posse no cargo. Era do Inspetor que partia a ordem para pagamento das despesas estabelecidas por lei da Assembleia, bem como as

---

<sup>7</sup> Em seus dísticos, *O Cearense* afirmava-se “destinado a sustentar as ideias do partido liberal” e *O Araripe* “destinado a sustentar as ideias livres, proteger a causa da justiça e propugnar pela fiel observação da lei e interesses locais.

<sup>8</sup> Nascido em Maranguape, bacharelou-se pelo curso jurídico de Olinda na turma de 1844. No mesmo ano, foi eleito deputado provincial. Entre 1856 e 1857, foi presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, o maior posto político conquistado na carreira. Ao longo da vida, ocupou cargos na magistratura, como promotor público de Quixeramobim, juiz municipal de Ipu e Sobral e juiz de direito em Sobral, Viçosa e Cabrobó, esta última na província de Pernambuco (STUDART, 1913, p. 336).



extraordinárias, determinadas pelo presidente da província. Cabia ao mesmo, ainda, a definição dos períodos para arrematação dos impostos, a partir da ação das coletorias espalhadas pelo Ceará, cujos coletores e arrecadadores eram nomeados e demitidos livremente pelo titular da Inspetoria. O inspetor tinha autorização para corresponder-se diretamente com todas as autoridades da província, expedindo resoluções e ordens às repartições imediatamente subordinadas a ele, com o escopo de garantir a execução das determinações da repartição e favorecer a arrecadação dos impostos. Pelo cargo, recebia ordenado mensal no valor de 1:800#000 (um conto e oitocentos mil réis)<sup>9</sup>.

Manoel Franco conciliava o cargo na Inspetoria com outra função: era um dos redatores do *Pedro II*. Sobrinho de Miguel Fernandes Vieira, que, como já exposto, em 1862 foi à Corte tomar posse no Senado, morrendo pouco tempo depois, Manoel Franco passou a ser o principal responsável pela edição do jornal na ocasião. As relações políticas estreitas entre os conservadores e os governos provinciais do Ceará garantiram ao periódico a publicação do expediente, editais e demais comunicações do governo da província, com contrato estipulado por lei da Assembleia Legislativa, em 1850<sup>10</sup>. Desta forma, a dupla função de inspetor/redator, somada à origem “carcará”, fazia de Manoel Franco Fernandes Vieira, figura influente entre os conservadores cearenses. Além das duas atribuições profissionais, era vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, tendo na quadra epidêmica, então, maior visibilidade social.

A intensificação dos casos de cólera pelo interior do Ceará estimulou o *Pedro II* a publicar mais artigos, cartas e notícias com destaque para a mortandade. Do mesmo modo, tais textos aumentavam o apelo e as críticas à agilidade do governo provincial no trato da crise epidêmica. Nesse cenário, os jornais liberais cearenses passaram a reproduzir e comentar as informações do *Pedro II* sobre o cólera, destacando especialmente os trechos com críticas ao presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior. Nitidamente, as folhas “chimangas”, aproveitando as tensões existentes por conta da epidemia, passaram a insinuar a existência de conflitos no interior do grupo

---

<sup>9</sup> Lei n. 830, 22 set. 1857. OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro. (Org.). *Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1846)* Tomo III. Fortaleza: Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Ceará INESP, 2009, p. 147.

<sup>10</sup> Lei n. 517, 01 ago. 1850. OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro. (Org.). *Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1846)* Tomo II. Fortaleza: Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Ceará INESP, 2009, p. 180.

“caranguejo”. Essa postura não deixou também de se apropriar das notícias sobre as mudanças no cenário político nacional, chegadas ao Ceará no início de junho de 1862.

Em 10 de junho, *O Cearense* publicou cartas anônimas – datadas em 23 e 25 de maio, portanto entre a queda de Caxias e a nomeação de Zacarias –, enviadas do Rio de Janeiro, traçando informações da situação política na Corte. Em texto repleto de índices de oralidade – com o autor formulando várias perguntas, respondidas na sequência, simulando uma conversa ao vivo com o leitor, convidando a uma leitura em voz alta<sup>11</sup> –, narrava que um vapor tinha trazido ao Rio de Janeiro as “desagradáveis notícias do cólera” no Ceará. Da mesma embarcação, teriam descido conservadores cearenses, espalhando “graves acusações ao seu presidente José Bento, por não dar providências” contra a epidemia. As críticas, inclusive, teriam chegado à imprensa da Corte por meio de carta - atribuída pelo *O Cearense* ao deputado conservador Domingos José Nogueira Jaguaribe -, “pintando” o presidente do Ceará como “novel, desprestigiado, ignorante, desumano”. Em tom irônico, o texto d’*O Cearense* indagava a razão de correligionários “abocanharem assim ao amigo”. Como resposta, insinuava que a crise do governo Caxias estimulava as críticas dos conservadores cearenses, dado à expectativa de Figueiredo Júnior cair junto ao Gabinete que o nomeou: “Quer você saber? Duvido que se o ministério não caísse, que o Jaguaribe, ou outro correligionário do Sr. Figueiredo Júnior mandasse publicar essa carta” (*O Cearense*, n. 1528, 10 jun. 1862, p. 2).

Impressa dezesseis dias depois da sua suposta produção (25 de maio), a carta anunciava o gabinete Zacarias de Góis. Não obstante, na data da publicação pelo *O Cearense*, a 10 de junho de 1862, esta folha ignorava que o ministério Zacarias já tinha sido substituído pelo chefiado por Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda. Se de fato houve, como sugere a folha liberal, o cálculo por parte dos “caranguejos” de que a

---

<sup>11</sup> Tratando dos jornais oitocentistas, Marialva Barbosa, chama atenção para a importância de se identificar os “dispositivos de leitura” ou “índices de leitura” – escolhas gráficas fixadas pelo jornal, tais como títulos, fios, colunas, resumos introdutórios, etc., para tentar diminuir a distância entre o texto e o leitor, servido como guia de leitura – e os “índices de oralidade” – como, por exemplo, a impressão de pequenos traços direcionando as mudanças de temáticas entre um assunto e outro, letras maiúsculas em profusão no meio de frases, o uso de negrito etc. –, “instrumentos implícitos ou explícitos que destinam os textos aqueles que os leriam em voz alta ou os escutariam”. O próprio teor provocativo dos textos aponta para como a leitura convidava mais à oralização do que ao silêncio. Para a autora, havia uma “contaminação do mundo oral nas letras impressas” dos jornais brasileiros oitocentistas, o que, em uma sociedade majoritariamente analfabeta, intensificava a circulação das informações impressas para além dos grupos sociais letrados, ampliando o alcance de leitores e/ou ouvintes das mesmas (2010, p. 44-45).

substituição de Caxias resultaria na prematura queda de Figueiredo Júnior – o qual, ao tempo da publicação, tinha pouco mais de um mês no cargo de Presidente da Província do Ceará –, os fatos que se deram na Corte no final de maio de 1862 – a decisão do Imperador de não dissolver a Câmara, indicando Olinda para a missão de organizar governo, quando a “Liga” reconfigurava o jogo parlamentar – frustraram tal previsão.

Diante da mudança do Gabinete e das provocações liberais, o *Pedro II*, alegando não haver desgaste nas relações com a presidência. Respondendo ao *O Commercial*, e abusando das ironias para detratar seu opositor, típicas da imprensa do oitocentos, o *Pedro II* explicava os artigos sobre o cólera como movidos “pelo amor” à província e por um suposto dever da imprensa. Negava fazer oposição à presidência. Ela, inclusive, estaria “convencida disso”. Desta forma, o “colega [*O Commercial*] perde o seu tempo descendo a essas misérias pelo mero desvanecimento de prestar serviços à nossa custa”. Afirmava ainda: se fosse de seu entendimento “fazer oposição ao Sr. José Bento”, a faria “com franqueza, lealdade e sem mistérios”, pois “teria consciência dos encargos que assumimos como jornalistas” (*Pedro II*, n. 138, 18 jun. 1862, p. 3).

Na conjuntura de trocas de farpas impressas, os periódicos liberais, aparentemente, atingiram um alvo adversário respeitável: insatisfeito com as críticas sobre seu governo no gerenciamento da quadra pestilenta, Figueiredo Júnior pediu satisfações ao inspetor de Tesouraria, Manoel Franco, sobre a postura do *Pedro II*. A criação de uma seção no jornal, denominada “Cholera”, teria sido o ingrediente intensificador do mal-estar. Sentindo-se pressionado, o *Pedro II* aumentou o tom de voz no rebate aos rivais e continuou tergiversando sobre o interesse em desqualificar o governo provincial. Argumentava: apenas o interesse público e a busca de auxiliar o governo contra o cólera moviam a redação. Em 2 de julho, o *Pedro II* voltou a citar o presidente e provocar a imprensa liberal, reforçando o discurso de agir com imparcialidade. Sobre o chefe do executivo, afirmava satisfazer “quanto é possível” as “exigências e reclamações daquela localidade, feitas por médicos em serviço ou pela comissão de socorros”. Dizia assim fazer “homenagem à verdade”, o que deveria tranquilizar o jornal *O Comercial* “quanto às suspeitas infundadas que concebeu, de que estávamos de ânimo deliberado a censurar a administração do Sr. Dr. José Bento com relação às providências de S. Exc. sobre a epidemia”. Reiterava o artigo: a criação da

coluna “Cholera” tinha em vista “justificar a conveniência, a necessidade mesmo, que tinha S. Exc.” de se libertar, acaso estivesse circunscrito, de “certas regras de economia por ventura recomendadas pelo governo geral”. A afirmação não deixava de ser problemática, pois aludia ser o presidente influenciável e fraco, temeroso, supostamente, de enfrentar o Governo Imperial, que recomendava cautela nos gastos com os socorros públicos. O *Pedro II*, ainda, sugeria condicionar o apoio ao presidente à leitura positiva ou negativa dos atos deste: “Sempre porém que S. Exc. merecer os nossos aplausos, não lhos [sic] recusaremos; não temos para com o Sr. Dr. José Bento nenhum motivo nem pensamento de hostilidade; e pelo contrário razões bem fundadas para aderirmos com lealdade a sua administração” (*Pedro II*, n. 148, 02 jul. 1862, p. 3).

Ante a insubordinação do chefe da Inspetoria de Tesouraria Provincial, o presidente assinou ato despedindo-o. Publicamente, a justificativa para a demissão foi uma suposta má situação financeira da repartição, com a instauração de sindicância para investigá-la. A reação do *Pedro II* foi instantânea: em 3 de julho de 1862, Manoel Franco Fernandes Vieira assinou texto rechaçando insinuações aventadas n’*O Cearense*. O ex-inspetor negava ter tentado negociar a permanência na Tesouraria e afiançava, categoricamente, que a “presidência em sua veleidade” tentara esmagá-lo com a portaria de demissão. Insinuava ser alvo de uma chantagem: ceder ao presidente da província, saindo da redação do *Pedro II*, sacrificando os “interesses políticos do partido [conservador]”, já “tão contrariado e solapado por todas as presidências a pretexto de conciliação”, para assim manter o cargo (*Pedro II*, n. 149, 03 jul. 1862, p. 3).

Confirmada a exoneração, o presidente passou a ser descrito como alguém possesso e raivoso, “obcecado por uma vingança indigna, só própria de espíritos mesquinhos”. A demissão seria acintosa: “revoltante injustiça que tem indignado a todo o público desta capital”. Sobre o futuro do presidente, vaticinava: “um remorso eterno há de persegui-lo pela injustiça revoltante e picardia infame que acaba de cometer” (*Pedro II*, n. 150, 04 jul. 1862, p. 3). A cada novo número, cresciam as acusações. A 5 de julho de 1862, o diário descrevia a versão de como fora a audiência na qual José Bento inquirira Manoel Franco sobre as críticas constantes feitas ao governo por conta do cólera. O então inspetor de tesouraria teria reagido afirmando, na ocasião, “nada tinha que ver [a presidência] com a empresa do *Pedro II* nem tão pouco exercer menor

inspeção sobre a direção da folha; mas não querendo criar embaraços a sua administração, faria por evitar de tocar no cólera que era a fibra delicada” (*Pedro II*, n. 151, 05 jul. 1862, p. 3). Tais publicações reforçavam a imagem do *Pedro II* como defensor da liberdade de imprensa, ante governo ansioso por barrá-la, censurando os temas delicados da administração, especialmente sobre a premente epidemia. A respeito de Manoel Franco, o jornal investiu na representação dele enquanto cidadão benemérito, caridoso e ciente das responsabilidades no socorro dos conterrâneos. Ele seria a voz humanitária e generosa, bradando pela imprensa em “termos enérgicos e convenientes em prol da humanidade aflita e desvalida, que caía exangue mais à falta de recursos do que à intensidade da peste que, no seu introito, se manifestava benigna”. O currículo e experiências, como inspetor da tesouraria, redator e vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia, somavam-se a uma plethora de adjetivos: “ilustrado”, “probo”, “honrado” e “exemplar pai de família”. Todavia, o presidente da província “não pôde suportar as comedidas e justas censuras do Sr. Dr. Franco; ficou desatinado, e pretendeu sufocar a nobrosa de sentimentos e patriotismo” com a ameaça de demissão:

S. Exc., pois, em vez de aproveitar as lições de quem mais inteligência e experiências tinha dos homens e das cousas; pelo contrário timbrava em seu capricho e amor próprio, e sem atender a prudência tão necessária aqueles que se acham encarregados de autoridade pública e de dirigir povos, mormente em circunstâncias difíceis e excepcionais, abusou do poder da força e do alto do cargo que ocupava para demitir do emprego de inspetor da tesouraria provincial o Sr. Dr. Franco, deixando com essa sua medida injusta, arbitrária e vingativa essa repartição fiscal acéfala (*Pedro II*, n. 183, 12 ago. 1862, p. 1).

Revoltava, especialmente, ao jornal a sindicância, com uma comissão realizando devassa na Tesouraria Provincial que, segundo a presidência, encontrava-se em má situação. A ilação punha em xeque a competência e honestidade de Manoel Franco, daí a urgência de defender o máximo possível seu editor, desqualificando a acusação de estar a tesouraria em crise (*Pedro II*, n. 221, 27 set. 1862, p. 1).

Ante as insinuações a respeito do caráter e competência de seu principal redator, o *Pedro II* intensificou a leitura negativa acerca das experiências administrativas do presidente. Para o jornal, a saída de José Bento da presidência do Rio Grande do Norte, em 1861, fora marcada por “lama”, “desatinos”, “perseguição” à imprensa, como a prisão de tipógrafos, e pela covardia e abuso da força. Arrematava: em um país sério o

“Sr. José Bento nunca sairia do fundo empoeirado de uma secretaria”, porém, “no Brasil, país das raridades, entregava-se uma província da categoria e civilização do Ceará e numa época de crise” a tal homem. Nada se aproveitaria de sua administração no trato do cólera. Isso seria compartilhado pela opinião pública: “questão vital para a província, o Sr. José Bento está condenado no conceito de todos como inepto e imprevidente com suas providências póstumas” (*Pedro II*, n. 151, 05 jul. 1862, p. 3).

Em meio à intensa artilharia de críticas contra si, o governo provincial desfechou novo ataque, dessa vez ao bolso do *Pedro II*: rompeu o contrato que fazia deste a folha onde era impresso o expediente oficial. Nas primeiras semanas de julho, a presidência da província fechou contrato com a Typografia Commercial, de Francisco Luiz de Vasconcelos, por novecentos mil réis. Em 16 de julho, *O Commercial* passou a se chamar *Gazeta Oficial*, publicando o expediente e mais atos oficiais do governo provincial. Sobre o contrato em questão, a *Gazeta* afirmava ser o valor do novo contrato cem mil réis inferior ao do *Pedro II*, alegando, assim, uma economia aos cofres do Ceará (*Gazeta Oficial*, n. 1, 16 jul. 1862, p. 3.). Ao assumir o espaço de órgão oficial, a *Gazeta* passou a intensificar as críticas - já encetadas enquanto se chamava *O Commercial* -, ao *Pedro II*, destacando a performance do presidente no socorro aos vitimados pela epidemia, também ancorando essas questões no âmbito de uma pretensa opinião geral da população.

De sua parte, com o redator demitido de cargo de extrema importância, com a perda de um conto de réis no contrato de publicação do expediente provincial e sem perspectiva de qualquer intervenção do Governo Imperial neste cenário, o *Pedro II* reagiu desqualificando a *Gazeta Oficial*. Em matéria encabeçada pelo dístico “anões quanto mais alto sobem, mais diminuem em proporções”, o presidente era acusado de improvisar um “novo contrato em prejuízo do cofre provincial e da expedição e pontualidade com que era feito o serviço”, pois não conseguira uma “folha grátis que servisse de receptáculo de suas salsadas”. O governante, inclusive, dividiria seu tempo entre enviar cartas para imprensa de outras províncias “narrando *façanhas* que não fez” e redigir os textos da *Gazeta*, “onde tem revelado seu toupeirismo” e “até que ponto é *amante* da verdade na exposição dos fatos” (*Pedro II*, n. 179, 07 ago. 1862, p. 1, grifos da fonte). Assim, o *Pedro II* intensificou o uso do cólera para detratar o governo de

Figueiredo Júnior, apontado como pessoalmente responsável pelos milhares de mortos da província e pelos prejuízos econômicos decorrentes:

Essa grande mortalidade deve ser imputada antes a incúria do Sr. José Bento, em não tomar providências a tempo, do que a intensidade do mal em si.  
[...] Pobre Ceará, a que mãos estás entregue em uma quadra destas!  
O Sr. José Bento é um elemento dissolvente em todas as cousas em que se mete; mas o pior de tudo são as lágrimas sem remédio da pobre humanidade  
(*Pedro II*, n. 173, 31 jul.1862, p. 1).

Em outra edição, o *Pedro II* asseverava: na “administração da província nunca tivemos cousa mais desasada: calamidade igual, só o cólera”. Parecia impossível que o governo imperial – a quem nitidamente o diário evitava criticar de forma direta naquele contexto – continuasse sem condoer-se da sorte dos cearenses, diante de um inepto administrador, causa das desgraças da população (*Pedro II*, n. 179, 07 ago. 1862, p. 1).

Segundo o jornal do ex-tesoureiro, o governo provincial não tomou medidas preventivas, enviando médicos, recursos financeiros e ambulâncias de remédios para as localidades do interior apenas após as mesmas serem atingidas. Nesta versão, o presidente recusava-se a despender um pouco do tesouro provincial com medidas profiláticas, com prevenção, para gastar verdadeira fortuna após centenas de pessoas morrerem, e isso apenas pelo brado da imprensa, a lhe pressionar: “Quando [...] chegavam os socorros públicos enviados por S. Exc. já os cemitérios se achavam repletos de cadáveres, e em seu auge os focos mortíferos de infecção, que, hoje e por muito tempo, farão sentir os seus efeitos” (*Pedro II*, n. 183, 12 ago. 1862, p. 1).

#### **IV – Considerações finais**

Ao longo deste artigo, analisei a postura adotada pelo jornal *Pedro II* na cobertura da epidemia do cólera que grassou no Ceará de 1862. Folha conservadora, o *Pedro II* tomou o evento epidêmico como mote para desestabilizar o Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior. Na base da postura editorial adotada sobre o assunto, demonstrei a explosão de uma crise particular envolvendo a redação do *Pedro II* e o presidente. Todavia, a leitura mordaz sobre a ação da administração provincial no trato do cólera, também acabou refletindo as leituras que as personagens daquele contexto fizeram das alterações no cenário político nacional – a ascensão da

chamada “Liga Progressista”, que redesenhava a composição do Parlamento na Corte – e, por extensão, seus efeitos nas disputas por espaços de poder no Ceará.

Desta forma, o *Pedro II* tentou colar na figura de Figueiredo Júnior a culpa pela tragédia do cólera no território cearense, ao mesmo tempo em que foi obrigado a rebater a aliança entre os jornais ligados ao Partido Liberal na província, que tomaram a defesa do presidente como prioridade. Se para o *Pedro II*, a postura do presidente era calamitosa, para os órgãos liberais, havia total acerto do chefe do executivo cearense no trato da epidemia, acusando o jornal conservador de ser movido por despeito pessoal e pela insatisfação com o contexto político nacional que parecia desfavorável aos conservadores no Ceará.

Desta forma, o artigo demonstra como um evento dramático do Ceará de 1862, responsável pela morte de cerca de doze mil pessoas e pela disseminação do medo entre a população do litoral e do sertão, acabou sendo apropriado por diferentes personagens da política provincial.

## **V – Referências**

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil (1800-1900)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *O vice-rei: Pedro de Araújo Lima e a governança do Brasil no século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/Teatro de Sombras*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Brasil Monárquico: do Império à República* 10ª ed. Rio de Janeiro, 2012 (História Geral da Civilização Brasileira t.2, v.7).

JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.



NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Vol. 1. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro. (Org.). *Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1846)*. Fortaleza: Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Ceará INESP, 2009. (Tomos I, II e III).

STUDART, Dr. Guilherme. *Dicionário Bio-bibliográfico cearense*. Vol. 1. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1910.

\_\_\_\_\_. *Dicionário Bio-bibliográfico cearense*. Vol. 2. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1913.